

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE BIOPSIKOSSOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

PALOCO, C. R. P.¹; OHARA, T.²

RESUMO

O presente artigo apresenta a histórica do papel da criança desde meados do século XVII, apontando as transformações da concepção da infância e adolescência ao longo do tempo. Entende-se que foi possível observar os fatores que determinam as condições de vulnerabilidade (psicológica, social e física) e suas variações no decorrer da história das crianças e adolescentes no âmbito intrafamiliar e estrutural. Visando a proteção integral desse público em questão foram desenvolvidas políticas públicas específicas.

Palavras-chave: Políticas públicas, criança, adolescente, vulnerabilidade.

ABSTRACT

This article presents the history of the child's role since the mid-17th century, pointing out the transformations in the conception of childhood and adolescence over time. It is understood that it was possible to observe the factors that determine the conditions of vulnerability (psychological, social and physical) and their variations throughout the history of children and adolescents in the intrafamily and structural scope. In order to fully protect this public in question, specific public policies were developed.

Keywords: Public policies, children, adolescents, vulnerability.

INTRODUÇÃO

A construção histórica do papel da criança e adolescente na sociedade e as funções a eles atribuídos, sofreram mudanças ao longo do tempo. Antes considerados como aprendizes em potencial, agora tem seu período de desenvolvimento e características individuais reconhecidas socialmente após um grande período de luta por esse reconhecimento e pelos seus direitos.

¹ Carolina Rosa Paixão Paloco. Graduada do Curso de Psicologia da Faculdade de Apucarana- FAP. Apucarana- PR. 2020. E-mail: carolinapaloco@gmail.com

² Thiago Ohara. Orientador da pesquisa. Professor Mestre do curso de Psicologia da Faculdade de Apucarana- FAP. Apucarana- PR. 2020

Ambos, criança e adolescente, se constroem a partir das perspectivas culturais, de sua inserção histórica e conseqüentemente de suas vivências em comunidade, o que evidencia os aspectos que os tornam vulneráveis biológica, social e psicologicamente durante essa fase de seu desenvolvimento.

Podemos identificar o termo vulnerabilidade aplicado ao público infanto-juvenil, no campo da saúde, contudo faz-se importante considerar como tal conceito é compreendido. Nesse sentido, sabemos que, conforme aponta Couto, Duarte e Delgado (2008) há um tratamento destinado a criança e ao adolescente que precisa ser pensado, principalmente, por ser ineficaz e desqualificado, sobretudo por uma defasagem das Políticas Públicas e, portanto, faz-se importante a revisão do tema em questão, verificando o conceito de vulnerabilidade aplicado as Políticas Públicas de saúde voltados a crianças e adolescentes, elaborando essas políticas voltadas a esse segmento populacional, para a garantia de sua integridade.

OBJETIVOS

Discutir de que forma o conceito de vulnerabilidade destinado ao público infanto-juvenil contribui para se pensar as políticas públicas voltadas a esse segmento populacional visando a garantia de sua integridade.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica e exploratória, através de uma pesquisa documental. Os dados foram coletados a partir do levantamento sistemático de artigos, livros, Leis Brasileiras, revistas científicas, teses e dissertações, que tratavam do tema em questão. Os dados foram coletados e a partir da leitura flutuante foi realizada a análise do material sobre o tema.

RESULTADOS

A construção da figura da criança e do adolescente sofreu mudanças ao longo dos anos, na definição de seu lugar na sociedade, seus aspectos fisiológicos, marcados pelas transformações corporais da puberdade e a constituição de seus comportamentos psicossociais durante a adolescência. A apreensão da linguagem e da cultura apresentam signos que dariam suporte para a constituição da subjetividade, isto é, o psiquismo se constrói através das diversas experiências ambientais as quais a criança é exposta desde o começo da vida, sendo afetada pelo convívio social e a

partir daí a transição da infância para a vida adulta se consolidou como estágios da vida (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS, 2010).

Segundo Fonseca et. al. (2013), os níveis de vulnerabilidade variam conforme a condição de vida, individual ou coletiva, tais como condições de acesso a comunicação, a escola e autonomia. As principais situações de vulnerabilidade que atingem a criança e adolescente são os riscos inerentes aos problemas relacionados ao alcoolismo, conflitos entre casais, tornando-os testemunhas de agressões e de toda forma de violência, trabalho infantil e exploração sexual, esses aspectos revelam como a vulnerabilidade se mantém interligada com aspectos biológicos, sociais e psicológicos de todo indivíduo. Em outras palavras, a qualidade de vida interfere diretamente na saúde do indivíduo. Lima et al (2006) pontua a importância da garantia de direitos, pois as violações de direitos podem ocorrer em qualquer momento da vida, entretanto, a criança e adolescente estão em processo de desenvolvimento, o que os coloca em uma situação de vulnerabilidade maior e o que traz maiores repercussões para sua saúde

Diante dessa constatação, os primeiros movimentos de assistência no Brasil destinadas a saúde pública da criança e do adolescente foram promovidos pelo movimento de higiene mental que atuava desde 1923 na realização de campanhas e projetos que tinham como objetivo uma sociedade idealizada, por meio de ações direcionadas à higiene física e mental da população, principalmente da população infantil (BELTRAME; BOARINI, 2013; ZANIANI 2008).

Foi fundado durante as décadas seguintes do século XX no Brasil, o Instituto de Proteção e assistência à infância (IPAI), que oferecia serviços de assistência e proteção à crianças que viviam na pobreza e de filhos do proletariado, oferecia serviços na área de ginecologia, creches, higiene da primeira idade, exames e vacinação, foram criadas leis para assistir as crianças carentes e as creches possuíam um caráter assistencialista e protetor, visavam alimentar, cuidar da higiene física e evitar a marginalidade, indiferente com o desenvolvimento intelectual e afetivo dessa criança pobre (MENDES, 2015; ZANIANI, 2008).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) foi um marco importante para avanços na área social, especialmente para a criança e adolescente, já que assegurava a criança direitos à integridade moral, física e psicológica, e tornou possível que crimes

contra a criança e ao adolescente fossem denunciados, independentemente de sua classe econômica. Como aponta Castro e Macedo (2019) o movimento em favor da criança e a Constituição Federal serviram de base para o desenvolvimento do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) aprovado em 1990, assim as crianças e jovens passaram a ser sujeitos de direitos, que contavam com uma Política de Proteção Integral e prioritária. O ECA tornou-se uma política afirmativa dos direitos direcionados a criança e ao adolescente, não só mais uma ferramenta assistencialista, mas aquela não diferencia crianças que vivem ou não em situação de vulnerabilidade, focando na promoção da saúde integral desse público.

CONCLUSÃO

Constatou-se com o presente trabalho quais os fatores que determinam a situação de vulnerabilidade na infância e suas várias interfaces, considerando a interligação entre a saúde física, social e psicológica, indissociáveis e influenciáveis entre si. As Políticas Públicas voltadas para a criança e adolescente especificamente, visam ações preventivas e interventivas que garantam o bem estar Biopsicossocial na infância. Entretanto, as Políticas Públicas são passíveis de mudanças e podem sofrer defasagens e retrocessos conforme os interesses governamentais, demanda populacional ou temporal. Portanto, a vigilância constante é necessária para impedir que alguns direitos conquistados sejam aniquilados ou nem mesmo criados, pois a democracia Brasileira é frágil e os direitos construídos e conquistados ao longo de várias décadas correm riscos constantes de ruína e/ou retrocesso.

REFERÊNCIAS

BELTRAME, M. M. BOARINI, M. L. Saúde Mental e Infância: Reflexões sobre a demanda Escolar de um CAPSi. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 336-349, 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000200007&lng=en&nrm=iso> Acesso em 20 de jun. de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/ind.asp> Acesso em 20 de jun. de 2020.

CASTRO, E. G. de; MACEDO, S. C. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro , v. 10, n. 2, p. 1214-1238, 2019 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662019000201214&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 set. 2020.

FONSECA, F. F. et al . As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. Rev. paul. pediatr., São Paulo , v. 31, n. 2, p. 258-264, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822013000200019&lng=en&nrm=iss> Acesso em: 06 mai 2020.

LIMA, C. A. (Org.) Violência faz mal à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MENDES, S. de L. Tecendo a história das instituições do brasil infantil. SABERES, Natal- RN, v. 1, n.11, Fev. 2015, p. 94-100. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/6685/5206>> Acesso em 20 de jun de 2020.

SCHOEN-FERREIRA. T. H.; AZNAR-FARIA, F. M.; SILVARE, E. F.de M. (2010). A adolescência através dos tempos. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Abr-Jun. V. 26 n. 2, pp. 227-234. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722010000200004&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 07 mai 2020.

ZANIANI, E. J. M. SOB OS AUSPÍCIOS DA PROTEÇÃO: MONCORVO FILHO E A HIGIENIZAÇÃO DA INFÂNCIA. 158 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profª. Drª. Maria Lúcia Boarini. Maringá, PR, 2008. Disponível <<http://old.ppi.uem.br/gephe/documentos/EdneiaJMZaniani-Dissertacao.pdf>> Acesso em 21 de jun. de 2020.